

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2025

Acrescenta o inciso XI ao § 1º do art. 24 e inciso XXI ao art.42, ambos da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, para tornar obrigatória a apresentação de listagem de médicos responsáveis pela efetiva prestação de serviços ao SUS, e outras providências

Autora: Deputada CARLA DICKSON

Relatora: Deputada DELEGADA IONE

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 570, de 2025, da Deputada Carla Dickson, altera a Lei nº 13.019, de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), para tornar obrigatória a apresentação pelas organizações sociais de informações relativas à quitação de verbas trabalhistas nas parcerias na área da saúde. A proposição autoriza a Administração Pública a fazer o pagamento de verbas trabalhistas diretamente aos médicos, quando não for comprovado o pagamento dessas verbas pela organização social.

O projeto foi distribuído às Comissões de Saúde; Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD). A apreciação é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e art. 151, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na Comissão de Saúde, foi aprovado o parecer do Relator, Dep. Allan Garcês (PP-MA), pela aprovação do projeto de lei, com emenda aditiva. A emenda acrescenta dispositivo que altera a Lei nº 9.637, de 1998 (Lei das Organizações Sociais), para permitir a desqualificação da entidade quando



constatado o inadimplemento de obrigação trabalhista ou de honorários médicos.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição sob exame tem por objetivo resguardar o recebimento das verbas remuneratórias devidas médicos que prestam serviços nas parcerias na área da saúde entre organizações sociais e o Poder Público. O projeto busca impor à Administração Pública o dever de exigir dessas entidades a comprovação de quitação integral dos salários e honorários médicos, sob pena de retenção de valores e pagamento direto aos profissionais.

No mérito, a proposição é extremamente louvável e oportuna. Temos testemunhado uma crescente e preocupante inadimplência de verbas devidas aos médicos por parte de entidades parceiras da Administração Pública, o que gera uma inaceitável precarização do trabalho na área da saúde. Profissionais fundamentais para o atendimento à população acabam penalizados, muitas vezes sem receber pelos serviços efetivamente prestados.

A Comissão de Saúde trouxe importante aprimoramento ao tema por meio da aprovação de emenda aditiva. A referida emenda expandiu o escopo da proposta para alcançar também os contratos de gestão firmados com as organizações sociais, regidos pela Lei nº 9.637, de 1998, prevendo a possibilidade de desqualificação da entidade em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas ou honorários médicos.

No âmbito desta Comissão de Administração e Serviço Público, entendemos que o texto exige adequações adicionais para conferir máxima segurança jurídica à atuação do Poder Público, garantir a isonomia entre os



trabalhadores e resguardar o erário, razões pelas quais apresentamos um Substitutivo.

Em primeiro lugar, a nossa proposta substitutiva amplia o escopo de proteção da norma, substituindo a menção exclusiva aos médicos pela expressão mais abrangente focada em todos os "profissionais da saúde". Entendemos que todos os trabalhadores que atuam de forma efetiva na prestação de serviços de saúde merecem idêntica guarida contra a inadimplência, sejam eles médicos, enfermeiros, técnicos ou de outras áreas da saúde.

Ademais, o Substitutivo estabelece como cláusula essencial nos termos de colaboração e fomento e nos contratos de gestão a obrigatoriedade de a entidade parceira apresentar, sempre que solicitado pelo Poder Público, a relação nominal e documental dos profissionais responsáveis pela prestação do serviço. Exige-se, de forma conjunta, a comprovação de inscrição nos respectivos conselhos profissionais e os recibos de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias. Caso reste configurada a ausência de comprovação de pagamento aos trabalhadores, conferimos expressa autorização legal para que a Administração Pública efetue o repasse das obrigações vencidas diretamente aos profissionais prestadores do serviço, realizando, em contrapartida, a imediata glosa do respectivo valor dos recursos financeiros que seriam transferidos à organização da sociedade civil ou organização social.

Por fim, e de suma importância para a higidez das contas públicas, visando evitar passivos judiciais ao Estado, o Substitutivo deixa assentado, de forma clara e inequívoca, que somente a organização social será a responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da parceria. Com essa medida, blindamos a Administração Pública, prevendo expressamente que a inadimplência da entidade parceira não transferirá ao Poder Público a responsabilidade solidária ou subsidiária por tais pagamentos. Trata-se de um equilíbrio fundamental: protege-se o trabalhador garantindo o pagamento direto mediante glosa dos repasses, mas não se onera a Administração Pública com dívidas que são de estrita responsabilidade da entidade gestora contratada.



Por essas razões, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 570, de 2025, e da emenda da Comissão de Saúde, na forma do **Substitutivo** anexo.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputada DELEGADA IONE
Relatora

2026-2780



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2025

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre as parcerias na área da saúde e o pagamento de verbas relativas aos profissionais da saúde responsáveis pela prestação do serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 42 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único:

“Art.

42.

.....

§ 2º Nas parcerias voltadas ou vinculadas a serviços de saúde, será cláusula essencial do termo de colaboração ou do termo de fomento a obrigatoriedade de apresentação, sempre que solicitado pela administração pública, da relação de profissionais da saúde responsáveis pela prestação do serviço e dos seguintes documentos referentes a esses profissionais:

- I - comprovação de inscrição no respectivo conselho profissional; e
- II - recibos de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo do disposto no inciso XX do caput deste artigo.

§ 3º Nas parcerias de que trata o § 2º deste artigo, em caso de ausência de comprovação de pagamento das obrigações trabalhistas, a administração pública poderá efetuar o pagamento das obrigações vencidas diretamente aos profissionais da saúde prestadores do serviço e glosar o respectivo valor dos recursos



financeiros a serem transferidos à organização da sociedade civil.”
(NR)

Art. 2º A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

§ 4º Nos contratos de gestão voltados ou vinculados a serviços de saúde, sempre que solicitado pelo Poder Público, deverá a organização social apresentar a relação de profissionais da saúde responsáveis pela prestação do serviço e dos seguintes documentos referentes a esses profissionais:

I - comprovação de inscrição no respectivo conselho profissional; e

II - recibos de quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo do disposto no art. 8º-A.”

§ 5º Nos contratos de gestão de que trata o § 4º deste artigo, em caso de ausência de comprovação de pagamento das obrigações trabalhistas, o Poder Público poderá efetuar o pagamento das obrigações vencidas diretamente aos profissionais da saúde prestadores do serviço e glosar o respectivo valor dos recursos financeiros a serem transferidos à organização social.” (NR)

“8º-A Somente a organização social será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato de gestão.

Parágrafo único. A inadimplência da organização social em relação aos encargos de que trata o caput deste artigo não transferirá ao Poder Público a responsabilidade pelo seu pagamento.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2026.



Deputada DELEGADA IONE
Relatora

2026-2780

Apresentação: 06/04/2026 10:44:15.257 - CASP
PRL 1 CASP => PL 570/2025

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268704681500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Delegada Ione

